

# Epistemologia da Arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas

## Carlos Alberto Ávila Araújo

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutorado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (U.Porto), Portugal. Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte, MG - Brasil.

*E-mail:* casalavila@yahoo.com.br

Recebido em: 15/08/2014. Aprovado em: 27/08/2014. Publicado em: 25/3/2015.

## Resumo

Neste texto são buscados os fundamentos a partir dos quais a Arquivologia se constituiu e se constitui como disciplina científica. Identifica-se, assim, um primeiro modelo, positivista e redutor, consolidado no final do século XIX. A seguir, são apresentadas diversas contribuições desenvolvidas ao longo do século XX, que recolocaram noções e problemáticas do campo. Por fim, apresentam-se as tendências contemporâneas, que privilegiam modelos relacionados com a complexidade dos fenômenos arquivísticos, com a inter-relação de seus elementos constituintes e com sua vinculação a contextos sociohistóricos específicos.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Epistemologia da Arquivologia. Fundamentos da Arquivologia.

## *Epistemology of Archival Science: theoretical foundations and contemporary trends*

### **Abstract**

*This article provides the theoretical foundations from which Archival Science was and is constituted as a scientific discipline. Hence, a first model is identified, positivist and reductive, consolidated in the late nineteenth century. Hereafter, several contributions developed in the twentieth century are presented, which repositioned notions and problems of the discipline. Finally, the contemporary trends are presented, with models related to the complexity of the archival phenomena, with the relationship of its constituent elements and with their insertion in specific socio-historical contexts.*

**Keywords:** Archival Science. Epistemology of Archival Science. Theoretical foundations of Archival Science.

## *Epistemología de la Archivística: fundamentos y tendencias contemporáneas*

### **Resumen**

*Este texto busca las bases en que la Archivología se ha constituido y se constituye a sí misma como una disciplina científica. Por lo tanto, se identifica un primer modelo, positivista y reduccionista, consolidado a finales del siglo XIX. Se presentan a continuación, varias contribuciones desarrolladas a lo largo del siglo XX, que reposicionan nociones y problemas de la disciplina. Finalmente, se presentan las tendencias contemporáneas, que favorecen los modelos relacionados con la complejidad de los fenómenos archivísticos, con la interrelación de sus elementos constitutivos y su conexión con los contextos socio-históricos específicos.*

**Palabras clave:** Archivo. Epistemología de la Archivología. Fundamentos de la archivología.

## INTRODUÇÃO

Existe considerável produção científica a respeito da epistemologia da Arquivologia. Nesta produção, frequentemente se discute o estatuto científico da área, sua identidade e suas especificidades (HEREDIA HERRERA, 2008). Na reflexão sobre a conformação desse campo, muitos autores têm realizado mapeamentos de sua composição interna. Silva et al. (1998), por exemplo, distinguem três grandes fases da produção de conhecimento arquivístico, relacionadas com o estatuto científico e com o binômio custódia/acesso: uma fase sincrética e custodial (do início do século XVIII a 1898); uma fase técnica e pós-custodial (de 1898 à década de 1980) e uma fase científica e pós-custodial (a partir da década de 1980). Utilizando como critério o foco de preocupação e a inserção geográfica, Lopes (1998) identifica três principais correntes de pensamento arquivístico: a arquivística tradicional (mais ligada aos arquivos permanentes, e de natureza essencialmente francesa, italiana e espanhola); a *records management* (centrado nos arquivos correntes e relacionado aos Estados Unidos); e a arquivística integrada (voltada para o ciclo de vida completo dos documentos e de origem canadense). Já Silva (2008), considerando as disciplinas de interface mais presentes na construção do objeto de estudo, apresenta também três grandes visões sobre os arquivos: a histórica, a gerencial e a informacional.

Cada uma destas sistematizações considera determinados aspectos e fatores no momento de fazer as distinções e aproximações. Diversos outros autores utilizam outros critérios e chegam a mapeamentos em alguns casos diferentes, e em outros semelhantes. O que essa diversidade de possibilidades evoca é justamente o dinamismo do pensamento arquivístico, sua manifestação em diferentes épocas, locais e contextos institucionais, sua atenção a diferentes aspectos ou problemas ligados aos arquivos, seu contato com diversas outras áreas de conhecimento.

Se, por um lado, a existência de um grande consenso ou uma síntese pode transmitir uma sensação de segurança, é sobretudo a existência do contraditório, de distintas posições, ideias e teorias, que garante a vitalidade e as condições de crescimento de um campo científico. Assim, é salutar, para o debate epistemológico sobre a Arquivologia, a existência de diferentes mapeamentos e sistematizações sobre o campo. Cada um deles tensiona certos aspectos, evidencia certas teorias, descobre pontos de aproximação.

É no sentido de contribuir para esse debate, apresentando outro critério para a sistematização do conhecimento arquivístico, que o presente texto foi estruturado. O objetivo aqui é apresentar uma ordenação dessa produção científica diversa, por meio do agrupamento de teorias e reflexões a partir de sua filiação, mais ou menos explícita, às diversas correntes de pensamento que perpassam, de maneira geral, as várias ciências sociais e humanas – nas quais a Arquivologia se insere enquanto modalidade específica do conhecimento científico.

Para tanto, defende-se o argumento de que a Arquivologia surgiu, como campo autônomo de conhecimento científico, a partir de um processo gradual do Renascimento ao século XIX, constituindo-se como ciência a partir de um modelo positivista centrado no estudo dos documentos de arquivo (patrimônio), das instituições arquivísticas e das técnicas de tratamento dos fundos. Contudo, ao longo do século XX, as diversas pesquisas e teorias formuladas buscaram superar o caráter restritivo do primeiro modelo, explorando outras possibilidades e problematizações. Tais abordagens podem ser inscritas em quatro grandes eixos: estudos funcionalistas; críticos; voltados para os sujeitos; e estudos sobre representação. Tal desenvolvimento foi fundamental para a conformação das tendências contemporâneas, aqui apresentadas como uma terceira fase da Arquivologia. Essas tendências serão indicadas a partir da sistematização do pensamento de alguns autores em torno de ideias, como a arquivística pós-moderna, os arquivos

como construção social, as narrativas tácitas dos arquivos, o arquivo total e os operadores complexo e transcultural para a descolonização do arquivo mundial. Em comum, tais abordagens colocam para a Arquivologia um quadro de referência voltado para a complexidade dos fenômenos arquivísticos, para a inter-relação de seus elementos constituintes e para a análise dos vínculos entre eles e os contextos socioculturais em que se inserem.

## DO SURGIMENTO À CONSOLIDAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA COMO CIÊNCIA

Vários autores, como Silva et al. (1998), a partir de achados arqueológicos, situam o surgimento dos arquivos há seis milênios, no Vale do Nilo e na Mesopotâmia. Embora as atividades humanas de produzir registros de seu conhecimento e organizá-los seja provavelmente anterior a esse período (ARÉVALO JORDÁN, 2001), são o surgimento da escrita e a sedentarização dos povos, e como consequência maior preocupação com a conservação dos registros, principalmente os contábeis, os elementos que criam as condições para o aparecimento dos primeiros arquivos, criados de forma ainda “espontânea” e “intuitiva” (SILVA et al., 1998, p. 45).

Nos séculos seguintes, no Egito Antigo, na Grécia Clássica, no Império Romano, nos mundos árabe e chinês do primeiro milênio e na Idade Média na Europa, ergueram-se e se consolidaram diversos arquivos relacionados com os mais diferentes fins – religiosos, políticos, contábeis, jurídicos, entre outros (MASTROPIERRO, 2008). Apesar disso, não se pode falar, ainda, na existência de uma Arquivologia – talvez, no máximo, de uma “arquivologia espontânea” (LOPES, 1998, p. 60), totalmente calcada no senso comum, embora, nem por isso, sem sistematização ou consistência.

Aquilo que hoje é conhecido por Arquivologia tem origem no período do Renascimento, a partir do século XV, quando ressurgiu o interesse pela produção humana, pelo estudo de sua história e sua evolução política e econômica. Salientou-se assim o

interesse pela salvaguarda e preservação dos registros das atividades humanas nas mais variadas esferas.

Proliferaram, a partir do século XVI, tratados e manuais voltados para as regras de procedimentos nas instituições responsáveis pela guarda das obras, para as regras de preservação e conservação física dos materiais, para as estratégias de descrição formal das peças e documentos, incluindo aspectos sobre sua legitimidade, procedência e características. Entre essas obras, podem ser citadas como exemplos as regras práticas contidas na *Instrucción para el gobierno del archivo de Simancas*, de 1588; a profissão de fé *De archivis liber singularis, eiusdem praelectiones et civilium institutionum epitome*, de autoria de Baldassare Bonifacio, publicada em 1632; e *De re diplomatica*, de Dom Jean Mabbilon, publicada em 1681, considerada uma obra fundadora do campo, pois contém “os primeiros elementos da doutrina arquivística” (FONSECA, 2005, p. 31). Advém desse período a ideia de que os arquivos lidavam com um “tesouro” que precisaria ser devidamente preservado.

Com a Revolução Francesa e as demais revoluções burguesas na Europa, que marcaram a transição do Antigo Regime para a Modernidade, verificaram-se novos regimes políticos e legais, e foi nesse “espírito”, isto é, no seio dos objetivos destas revoluções, que os arquivos modernos se constituíram (CERUTTI; FAYET; PORRET, 2006). Surgiu aí o conceito moderno de “Arquivo Nacional”, que tem no seu caráter público (no sentido de “nacional”, relativo ao coletivo dos nascentes Estados modernos) sua marca distintiva. São formadas as grandes coleções, operam-se amplos processos de aquisição e acumulação de acervos – o que reforçou a natureza custodial destas instituições.

A necessidade de se ter pessoal qualificado para as nascentes instituições modernas levou à formação de uma “nova figura socioprofissional” (CERUTTI; FAYET; PORRET, 2006, p. 12, tradução do autor), o arquivista-paleógrafo, que tem no curso de arquivística da *École des Chartes*, criado em 1821, sua primeira forma de institucionalização.

No século XIX, a necessidade de constituir-se como campo científico, isto é, como “conhecimento sistemático e articulado que aspira a formular as leis que regem os fenômenos de uma realidade” (ARÉVALO JORDÁN, 2001, p. 82, tradução do autor), fez com que os conhecimentos arquivísticos se aproximassem do Positivismo – a forma específica de cientificização das ciências humanas e sociais, seguindo o modelo das ciências da natureza.

Surgiram então, no século XIX, aqueles que seriam os precursores do estabelecimento do projeto de constituição científica da Arquivologia: a formalização do conceito de fundo (o princípio do respeito aos fundos, de Natalis de Wailly, formulado em 1841) e o *Handeigling voor het ordenen em beschrijven van Archieven* (conhecido como o “Manual dos holandeses”), de 1898. O modelo de ciência então dominante concebia a existência de uma realidade única passível de ser conhecida em termos de regularidades expressas por leis, a possibilidade de um conhecimento exato e objetivo dessa realidade, e a construção de instrumentos de intervenção (tecnologia) para moldar essa realidade segundo as vontades e interesses da sociedade.

O resultado, para a Arquivologia, da aproximação a esse modelo foi o privilégio que passou a ser dado aos procedimentos técnicos de intervenção: as estratégias de descrição, classificação e ordenação dos acervos documentais dos arquivos. Somando-se ao acúmulo dos séculos anteriores, a Arquivologia consolidou-se como disciplina científica, em fins do século XIX, em torno da tríade documentos de arquivo, instituição arquivo e técnicas arquivísticas. É então que ela se consolida como campo independente dos outros (TANODI, 1961), em torno de um modelo epistemológico que pode ser caracterizado como patrimonialista, historicista, custodial e tecnicista (SILVA et al., 1998).

Contudo, ao longo do século XX, foram se desenvolvendo pesquisas, reflexões e estudos em diferentes países e realidades, que foram gradualmente conduzindo à superação desse modelo. Tais estudos

são apresentados a seguir organizados em quatro eixos, segundo sua filiação a correntes teóricas mais amplas das ciências humanas e sociais.

## AS CORRENTES TEÓRICAS AO LONGO DO SÉCULO XX

No começo do século XX, alguns manuais e iniciativas começaram a evocar mudanças no modo de se conceberem os arquivos. Adjetivos como “vivo”, “dinâmico” e “ativo” começam a ser usados para apontar a direção de uma necessária mudança a ser operada nos arquivos de modo a combater sua inércia e seu fechamento sobre si mesmo. O discurso da eficácia, o imperativo do retorno, para a sociedade e para as empresas, dos investimentos feitos, foram os motes dessa abordagem. De outro lado, o ideal iluminista da universalidade, isto é, do acesso a todos os cidadãos, também convocou a que se problematizasse as funções dos arquivos. É nesse contexto que se desenvolveram as teorias funcionalistas da Arquivologia, ao longo do século XX.

É emblemático deste período o livro *A manual of archive administration*, publicado em 1922, por Hillary Jenkinson, que trouxe a questão da eficácia para o universo dos arquivos: tanto a eficácia na gestão dos arquivos enquanto instituições (dotadas de recursos, procedimentos, etc), como na adequação de sua função para a sociedade à qual os arquivos atendem. Poucos anos depois, em 1928, Eugenio Casanova publicou *Archivistica*. Nele, o autor dedica considerável espaço para tratar das funções dos arquivos: além de recolher os documentos representativos da atividade de entidades e organismos, garantindo sua segurança e preservação, também devem os arquivos fazer isso com menor esforço, poupando trabalho, e utilizando com o máximo de economia as instalações, o pessoal, o tempo, e administrando os custos.

No período entreguerras, outro tipo de preocupação aparece para o campo da Arquivologia: trata-se da questão da avaliação de documentos, que emerge em consequência tanto do aumento da produção de documentos como do imperativo da eficácia

no âmbito das organizações. Nos Estados Unidos, Philip Brooks, em 1940, e Schellenberg, em 1956, desenvolveram uma teorização própria sobre o valor dos documentos. Brooks chamou a atenção para três “categorias de valor”: a instituição de origem, o estudo da história administrativa da entidade produtora e a história em geral. Schellenberg (1973) considerou a existência de um valor primário (para a entidade produtora) e um valor secundário (para a investigação). Introduziu ainda a distinção entre valor evidencial e valor informativo como dois aspectos do valor secundário – o que significou, em certa medida, a incorporação dos critérios alemães para orientar a avaliação.

Um outro conceito que se afirma no pós-guerra, e que também se insere na perspectiva funcionalista, é o de *record group* – uma adaptação americana do “princípio da proveniência” tal com este era concebido na Europa. Tal conceito surgiu em 1941, no National Archives de Washington, para possibilitar uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diferentes entidades. A formalização deste conceito acabou por propiciar o surgimento do fenômeno da *records management*, bastante ligado ao contexto do crescente aumento da produção documental. A *records management* visava a intervenção da ação arquivística logo na primeira idade dos documentos, isto é, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental.

Uma iniciativa paralela, de acordo com Delsalle (2000), deu-se, também nos EUA, a partir de 1914, por iniciativa de Irene Warren, da Universidade de Chicago, que reuniu um grupo interessado na classificação de documentos. Em 1927 esse grupo formalizou uma associação em Chicago que, em 1954, tornou-se nacional: a American Records Management Association. No seio desta associação foi criado posteriormente o periódico *Records Management Quarterly*.

Destaca-se também o impacto da evolução tecnológica em variados aspectos dos arquivos e das

etapas da “vida” dos documentos. A essa evolução associou-se o fenômeno que ficou conhecido como “explosão documental”. As tecnologias digitais, que começaram a ser relacionadas com o tratamento da informação, revolucionaram os processos até então usados e fizeram surgir novas abordagens dos documentos, sobretudo dirigidas aos conteúdos informativos, já que a informação havia ganhado estatuto de recurso indispensável da investigação e do desenvolvimento (BANAT-BERGER; DUPLOUY; HUC, 2009).

Uma vertente completamente diferente, dentro da Arquivologia, mas que também representa uma manifestação do pensamento funcionalista, é a que vincula a atividade arquivística à ação cultural. Conforme Alberch i Fugueras et al. (2001), trata-se de uma teorização sobre outra função dos arquivos - uma função cultural e pedagógica – por meio da qual os arquivos se dinamizam.

A última manifestação de uma tendência funcionalista na Arquivologia é aquela relacionada com as atividades de registro da história oral e com o campo dos arquivos pessoais e familiares (COX, 2008), bem como com as diversas etapas e tarefas envolvidas com eles - diagnóstico, coleta, decisão de organizar, plano de organização, uso de instrumentos de descrição, organização física e organização virtual (MASTROPIERRO, 2006).

De forma paralela ao pensamento voltado para as funções ou papéis desempenhados pelos arquivos na sociedade, deu-se também o desenvolvimento de uma perspectiva crítica no espaço reflexivo sobre os arquivos. Também tendo como centro de preocupação as relações entre os arquivos e a sociedade, desenhou-se uma perspectiva voltada para a denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas em práticas tidas como pretensamente neutras, para o questionamento sobre as reais necessidades a serem atendidas e para os enquadramentos culturais promovidos. Essa abordagem se construiu na crítica tanto ao modelo patrimonialista de fins do século XIX quanto à corrente funcionalista. Seu ponto de partida é uma

concepção da realidade humana como fundada no conflito, na luta de interesses entre atores em posições desiguais por condições de domínio e legitimidade – por meio, principalmente (mas não só), do conceito de ideologia.

O desenho de uma arquivologia crítica começou principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa, como as de Bautier, de 1961, sobre os erros e contradições da Revolução Francesa, com a reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas (SILVA et al., 1998). Nos anos 1960, alguns autores começaram a questionar a suposta “naturalidade” dos princípios e práticas arquivísticas.

No mesmo período, a questão da posse de documentos também ganhou destaque com os processos de descolonização na África, Ásia e América. A reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais foi inclusive tema de debate na XVII Conferência da *Table Ronde* (SILVA et al., 1998), reconhecendo-se que a identidade de um país se constrói, em grande parte, a partir de seus arquivos.

Nas décadas de 1960 e 1970, sob forte impulso da Unesco, ganharam espaço as discussões sobre as políticas nacionais de informação – e, dentro delas, as questões relativas aos arquivos e à necessidade de transparência por parte do Estado (JARDIM, 1995). O estudo da ação do Estado como estrutura totalizadora capaz de legitimar uma “cultura dominante” encontrou em Bourdieu e Gramsci adequados referenciais para a construção das estratégias de análise (FONSECA, 2005, p. 48), buscando ver em que medida “os registros escritos” podem estar “a serviços das classes dominantes” (SOUSA, 2007, p. 96).

Numa linha bastante diversa, e em diálogo com a psicanálise, existe também uma perspectiva crítica mais voltada para a análise da “obsessão” das sociedades contemporâneas com o arquivamento, com o registro de cada momento da experiência e o correto tratamento desse registro (COLOMBO, 1992).

Desdobramentos dessa abordagem aparecem em estudos sobre os usos políticos dos arquivos para a legitimação de sistemas totalitários em vários países. Um exemplo é o estudo de Caswell (2010) sobre as ações em tribunais pelo regime do Khmer Vermelho no Camboja, a partir da teoria da banalidade do mal de Arendt. O autor alerta para o risco de profissionais de arquivo se tornarem “cúmplices” de “burocracias da morte”, de “regimes genocidas”, por meio de práticas de avaliação ou manutenção de arquivos e de facilitação de práticas de assassinatos em massa por meio de documentação. Outro exemplo é o estudo de Harris (2007) sobre a realidade da África do Sul, que buscou analisar o papel dos arquivos no processo de construção da memória sobre o passado opressivo do regime *apartheid* – os arquivos como ferramentas de justiça e democracia, isto é, modeladores das políticas da memória.

Na América Latina, a abertura dos arquivos dos regimes ditatoriais tem permitido toda uma reconstrução da história recente de vários países. O estudo de García Ferreira (2007) sobre as intervenções da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos) para promover golpes de estado e desestabilizar governos considerados “perigosos” na Guatemala e, depois, no Uruguai e em outros países, é um claro exemplo de como a Arquivologia pode participar da construção da compreensão histórica em diálogo com a disciplina História, e não apenas a serviço dela. No Brasil, esse tipo de perspectiva ganhou destaque com a aprovação da Lei Acesso à Informação de 2011 e com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade relacionados com a reconstrução da memória dos períodos ditatoriais vividos no país.

No plano internacional, os eventos relacionados ao Wikileaks também ajudaram a construir um interessante cenário de atuação para uma perspectiva crítica em Arquivologia. O trabalho de Findlay (2013), com o interessante título “Cidadãos, registros e poder: o que a Arquivologia pode aprender com o Wikileaks?” defende justamente a ideia de que os arquivos poderiam, ao contrário

do acontece muitas vezes, desempenhar um papel central na promoção de democracia e transparência das práticas dos poderes públicos.

A terceira tradição de estudos na Arquivologia se constituiu a partir da crítica tanto aos estudos funcionalistas como aos críticos, na medida em que ambos tendiam a ver apenas a ação dos arquivos sobre a sociedade e os indivíduos, estes tomados apenas como seres passivos, meros receptáculos de informação. Foi no resgate do papel de sujeitos ativos e na análise de suas apropriações, suas diferentes necessidades e usos, que se construiu toda uma perspectiva de estudos – os estudos de usuários de arquivos.

Tal discussão começou a ser efetivamente realizada na década de 1960, dentro das discussões mais amplas sobre a liberalização do acesso aos arquivos, promovidas pelo Conselho Internacional de Arquivos (SILVA et al., 1998). Apesar disso, duas décadas depois, a temática continuou sendo muito pouco expressiva no âmbito do conhecimento científico gerado na Arquivologia. Conforme Jardim e Fonseca (2004), tal temática, em variados levantamentos, não chega a passar de 3% do total de pesquisas realizadas. Os autores destacam alguns dos estudos pioneiros do campo, voltados para a identificação de necessidades de informação e uso dos documentos arquivísticos, desenvolvidos por autores como Taylor, Dowler, Dearstyne, Pugh, Cox e Wilson. Na década de 1980, foram desenvolvidos estudos que trataram da possibilidade de maior acesso aos documentos arquivísticos, por meio da eliminação de barreiras (DUCHEIN, 1983), da criação de instrumentos de recuperação (DOOLEY, 1992), de maior conhecimento dos interesses dos públicos (PUGH, 1982) e da consolidação de tipologias de usuários (VÁSQUEZ MURILLO, 2008). Em anos mais recentes, começaram a ser realizados estudos de usuários de arquivos em uma perspectiva longitudinal, como é o caso da pesquisa de Santaella Ruiz e Ruiz Rodríguez (2007) sobre os usuários de informação pública da cidade espanhola de Jaén.

Em anos seguintes, conforme aponta Silva (2011, p.12), verificou-se outra tendência: a aproximação entre a Arquivologia e a gestão do conhecimento, com uma agenda de pesquisas que passou a priorizar o “usuário do lado de dentro do balcão”, isto é, o produtor de documentos e/ou responsável por sua tramitação, numa clara ênfase de estudos nos arquivos correntes.

Coeuré e Duclert (2001) destacam também haver aumento do interesse pelos estudos de usuários, inicialmente focados nos historiadores, passando a abranger também o estudo de cidadãos, notadamente em relação ao interesse pela história familiar e em atividades de ensino, bem como a utilização destes conhecimentos na montagem de exposições e outras atividades por parte dos arquivos.

Por fim, o quarto agrupamento das teorias arquivísticas do século XX diz respeito às questões ligadas aos princípios de organização e descrição dos documentos arquivísticos. Tais questões surgiram e foram debatidas durante todo o período de consolidação da disciplina, desde o século XIX. Mas, no século XX, converteu-se em espaço de reflexões sobre os procedimentos arquivísticos a partir da própria ideia de representação.

Desde o “Manual dos holandeses”, diversas aplicações práticas de instrumentos de classificação, inclusive de sistemas de classificação bibliográfica, foram testadas, embora sem significativa reflexão teórica – o que só aconteceu em manuais posteriores, como os de Tascón, de 1960, e de Tanodi, em 1961, e ainda em obras teóricas de pesquisadores como Schellenberg. Nas décadas de 1970, autores como Laroche e Duchein problematizaram os princípios de ordenamento confrontando o conceito de *record group* surgido nos EUA com o princípio da proveniência europeu. No final desta década, começaram a aparecer as primeiras reflexões sobre os registros eletrônicos, cabendo a Dollar (1992), ainda nos anos 1970, o pioneirismo no tratamento de tal questão, em relação à avaliação e ao valor informativo do documento – para além da ideia de suporte e conteúdo informativo.

Os aspectos relacionados com a preservação e a autenticidade também estiveram no centro dos debates sobre os documentos digitais, envolvendo pesquisadores como Duranti (1989), que propôs uma revitalização dos estudos sobre a Diplomática e a necessidade de aplicação de seus fundamentos aos documentos eletrônicos.

O impacto dos suportes digitais e a necessidade de colaboração internacional foram os fatores impulsionadores da reflexão sobre as normas de descrição arquivística, principalmente a partir de 1990, quando houve a primeira reunião do Comitê de Normas de Descrição (CND) do CIA. Desde então, vários grupos de trabalho dedicaram-se à criação de uma declaração de princípios quanto à descrição arquivística, sendo o primeiro trabalho consolidado deste comitê a elaboração da norma ISAD (G) - *General International Standard Archival Description* -, publicada em 1994, abrangendo documentos em qualquer suporte. Em 1996 foi lançada a norma ISAAR (CPF) - *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families* -, complementar à primeira, voltada para a descrição do produtor de documentos (BRASIL, 2006).

Posteriormente, foi formado um novo comitê no âmbito do CIA, o Comitê de Boas Práticas e Normas (CBPN). Estabelecido em 2005, o grupo dedicou-se ao estudo das funções no contexto da produção de documentos e se propôs a elaborar uma norma “para a descrição das funções em sistemas arquivísticos de informação” (CONSELHO..., 2008, p. 9).

Em anos recentes, novas pesquisas vêm destacando outros aspectos relacionados com a representação dos documentos arquivísticos, tais como a possibilidade de indexação por assunto como forma de acesso aos documentos arquivísticos (RIBEIRO, 2003); a importância de critérios diferentes de classificação conforme proveniência, assunto e sigilosidade (SOUSA, 2007); e as diferentes dimensões de representação do documento de arquivo, que têm um significado prático e também um significado simbólico (JIMERSON, 2000).

## AS TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Como apresentado anteriormente, o modelo epistemológico a partir do qual a Arquivologia se constituiu como ciência, no final do século XIX, representou o resultado de um progressivo processo de restrição, na medida em que se buscou destacar os fenômenos arquivísticos das demais práticas sociais – processo necessário para que se constituísse uma prática profissional e uma disciplina científica específicas. O ponto máximo desse processo se deu com a própria consolidação da Arquivologia como uma ciência autônoma e, dessa forma, elegeram-se como objetos empíricos de estudo os elementos mais concretos: os documentos de arquivo, os instrumentos de seu processamento e a própria instituição arquivística. Seguindo o “espírito” positivista, o trabalho arquivístico foi tomado em si mesmo, a partir da perspectiva da “neutralidade” da relação do cientista (e do profissional) com o real. Um real não problematizado, um real único e unívoco, que teria nos documentos arquivísticos um “espelho”, uma correspondência direta – sendo a representação então algo mecânico e rígido. Ao mesmo tempo, o modelo positivista de “redução da complexidade” levou a uma separação dos elementos do real, para serem estudados de maneira isolada.

Ao longo do século XX, as diversas teorias formuladas, agrupadas anteriormente em quatro eixos, começaram a promover certo deslocamento da reflexão arquivística: dos documentos, instrumentos e instituições, para os processos desempenhados por eles no todo social - os papéis e funções assumidos; a submissão às lógicas de poder e dominação; as apropriações por parte dos sujeitos; as diferentes possibilidades de representação. Tais abordagens buscaram reparar a restrição anterior, que teria “arrancado” os arquivos dos seus contextos socioculturais, excluindo as interações que os envolvem, as intervenções dos sujeitos.

Esse conjunto de reflexões “preparou o terreno” para as abordagens contemporâneas, que avançaram nas reflexões sobre as relações entre os arquivos e a vida social e cultural; não mais *a partir* dos arquivos,



mas com um novo ponto de partida: a própria vida social. Os arquivos seriam mais do que conjuntos de documentos e critérios técnicos de seu tratamento, e também mais do que seus impactos na vida social – eles são testemunha dos valores e mentalidades de uma sociedade, resultado de sua maneira de selecionar o que lembrar e o que esquecer. O arquivo tem, naturalmente, uma existência em si mesmo, mas é também um dos muitos pontos de passagem da vida de uma sociedade, é um dos momentos da vida social. Nesse sentido, a prática arquivística é resultado de um processo de inter-relação entre os elementos que com ela se envolvem: os sujeitos produtores de registros, os arquivistas, os cidadãos (usuários reais e potenciais), os instrumentos e tecnologias existentes em determinado período, os contextos socioculturais (uma época, um lugar). Como consequência desse conjunto de ideias, desenha-se a necessidade de modelos mais complexos de pesquisa, voltados para a globalidade dos processos (a inter-relação entre os diferentes atores envolvidos) e para a necessária inserção de sua realização no terreno da experiência, da concretude de uma realização particular.

O marco propulsor desse conjunto de questões se encontra na década de 1960, mais precisamente em 1962, quando ocorreu a VII Conferência Internacional da Table Ronde des Archives, em Madrid, com o tema “O conceito de arquivo e as fronteiras da Arquivística”. Instalava-se o debate sobre a necessidade de reconstrução do objeto da área por meio de maior fundamentação teórica.

Um pouco antes, porém, Tanodi (1961) já havia levantado a questão, ao propor a substituição do termo “documento de arquivo” por “*arquivalia*”, como objeto de estudo da área. Por *arquivalia*, Tanodi compreendia todo o material escrito, gráfico, reproduzido, sonoro, audiovisual, digital, produzido por pessoa ou entidade como resultado de suas ações. A novidade é a distinção que faz o autor entre os atos, fatos e acontecimentos, de um lado, e seus produtos diretos, os documentos, de outro – sendo as relações entre ambos o objeto necessário da Arquivologia, e os documentos um

“coproduto” ou “subproduto” dessa relação. Para ele, pois, a Arquivologia deveria ser definida como uma área voltada para o estudo dos processos de criação, dos processos históricos, de organização e de funções dos arquivos, além de seus fundamentos legais ou jurídicos. Nesse sentido, “este termo é um ganho para a Arquivologia” (VÁSQUEZ MURILLO, 2008, p. 67, tradução do autor).

Na década seguinte, o avanço conceitual encontra condições institucionais para realizar-se. Em 1976 é criado o Programa Geral de Informação (PGI) da Unesco e, no ano seguinte, o Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos (RAMP, a sigla original em língua inglesa), estruturado em coordenação com o CIA. Tal programa, voltado para diferentes áreas da Arquivologia, assegurou a publicação de importantes documentos, que se somaram aos trabalhos teóricos que vinham sendo desenvolvidos.

Nos anos 1980, no Canadá, surgiu a chamada Arquivística Integrada. O artigo inaugural dessa abordagem é o de Ducharme e Rousseau, publicado em 1980, que apresenta uma visão sistêmica do fluxo documental. Dois anos depois, Couture e Rousseau formalizam a busca, pela Arquivologia do grupo de Québec, de uma síntese dos *records management* e da *archives administration*, a partir de uma visão global dos arquivos, considerando a gestão de documentos no campo de ação da Arquivologia; isto é, abarcando as tradicionalmente chamadas três idades dos documentos numa perspectiva integrada (COUTURE, 1999). Tal abordagem passou a desenvolver-se de formas específicas por autores de variados contextos, tais como Cortés Alonso e Conde Villaverde na Espanha, Menne-Haritz na Alemanha, Cook na Inglaterra e Vásquez na Argentina (SILVA et al., 1998). Ainda que não promova efetiva vinculação dos arquivos aos seus contextos<sup>1</sup>, essa abordagem recoloca, ao menos, a

---

<sup>1</sup> Sobre essa abordagem, cumpre destacar a crítica de Silva e Ribeiro (2002, p. 16) de que ela “não põe em causa a herança oitocentista da Arquivística” e que, portanto, ela “visa modificar a ‘superfície’ sem mexer nos fundamentos tradicionais da disciplina”.

complexidade dos fenômenos arquivísticos, até então repartidos entre arquivos permanentes e arquivos correntes.

Outra proposta que busca superar as diversas dicotomias promovidas pela perspectiva positivista é a de “arquivo total”, desenvolvida por um grupo de Portugal (SILVA et al., 1998). Com tal noção, os autores pretendem superar dualidades como, por exemplo, a localização dos documentos produzidos organicamente, de um lado, e das instituições e serviços destinados a receber, organizar e conservar esses documentos, de outro. Tal dualidade reduziria a Arquivologia a uma dimensão instrumental, técnica. Assim, na direção de uma consolidação propriamente científica, o objeto da Arquivologia deveria ser mais do que a soma de “fundo” (os documentos) e “serviço” (instituição ou serviço): deveria ser entendido com um sistema, integrando seus elementos constituintes e aberto ao contexto dinâmico e histórico em que se insere.

Numa perspectiva bem distinta, Delgado Gómez (2010) apresenta a ideia de que os documentos de arquivos são evidências de algo que está acontecendo, aconteceu ou pode voltar a acontecer: servem para condenar ou absolver pessoas em julgamento, salvar vidas numa possível epidemia, denunciar as misérias de uma guerra, mostrar o que faz um governo, ou mesmo fixar nossas lembranças mais íntimas e pessoais. A despeito de toda essa presença na vida humana e social, o autor diagnostica um desconhecimento, por parte da sociedade, do que são arquivos e arquivistas, e credita este fato à existência de uma verdadeira fissura entre os arquivos e a sociedade.

Conforme sua análise, essa fissura ocorreu justamente em função do predomínio de determinada visão da Arquivologia, vinda da Diplomática, como uma ciência que documenta a verdade dos fatos, que é focada nos documentos como realidade em si; e também de uma visão do arquivista como um guardião dos documentos em seu “templo”, os arquivos. Segundo o autor, os documentos precisam

ser vistos como reflexo de uma multiplicidade de tensões sociais que se produzem em um tempo e um lugar determinados - eles são uma expressão ou uma mediação destas tensões. Assim, eles não são reflexos da realidade – são, antes, construtos, elementos construídos a partir de certas regras de discurso, certas condições do “documentar”. É nessa condição que eles são importantes para a sociedade, pois refletem o que ela é, em seu jogo infinito de relações entre estrutura (as instituições, as regras com variados graus de estabilidade, as convenções) e ação (as intervenções concretas dos sujeitos). O arquivista, nessa lógica, deve ser visto como um ator entre outros no jogo dos poderes que, numa sociedade, constroem as regras do que pode ou deve ser documentado, lembrado, guardado. Os arquivos se apresentam, em suma, como “construções sociais” (THOMASSEN, 2006).

Uma perspectiva construtivista é também desenvolvida por Ketelaar (2001). O autor parte da seguinte crítica: a Arquivologia vê, tradicionalmente, o arquivo como repositório de fontes históricas, o arquivista como guardião neutro e o arquivo como um sistema de recolha, categorização e uso dos registros. Nesta perspectiva tecnicista, os arquivistas mostraram-se sempre reticentes em reconhecer seu papel na modelagem, na formação mesma da memória coletiva. Em função desse quadro, o autor defende que fundos, documentos de arquivo, instituições arquivísticas e sistemas de arquivamento possuem, todos eles, narrativas tácitas, que precisariam ser evidenciadas pela Arquivologia (por meio da desconstrução da perspectiva tecnicista) para que se pudessem compreender então os significados circulantes, em movimento, nos arquivos.

Para tanto, Ketelaar propõe o conceito de “*archivalization*”: a escolha, consciente ou não, determinada por fatores sociais e culturais, de se considerar qualquer elemento da realidade como algo que deve ser arquivado. Existe, pois, uma racionalidade ou escala de valores, nas diferentes sociedades humanas, que enxerga, nos variados

fenômenos, algo como sendo “arquivável” – e esse processo acontece antes de se proceder ao registro, à inscrição e, enfim, ao arquivamento. Para Ketelaar, é importante distinguir entre essa *arquivization* e uma *archivization* (ideia proposta por Derrida), relacionada com a captura e o arquivamento propriamente dito – sendo a *arquivization* um momento anterior, fundacional, por meio do qual se pode obter melhor compreensão das narrativas tácitas do arquivo.

Esse conceito busca dar conta, pois, de um processo mais amplo, em que as ações arquivísticas tanto registram os eventos e fatos da realidade quanto os produzem. Tanto a realidade que registramos como o modo como registramos são, ambas, induzidas por fatores socioculturais - mas também elas incidem sobre esses fatores, promovendo determinados recortes ou modos de enquadramento do real.

Uma Arquivologia construída a partir dessa noção veria, pois, nos documentos arquivísticos (o visível), algo mais profundo, as narrativas tácitas (o invisível, aquilo que não pôde ser expresso na “técnica arquivística”), encontrando, nesse invisível, as interações, intervenções e interrogações produzidas por criadores, usuários, arquivistas – enfim, a infinita “ativação” de sentidos pregnantes nos documentos arquivísticos.

Em outra perspectiva teórica, aliando suas reflexões ao novo contexto digital e a uma preocupação ética (propondo, assim, uma *tecnoética*), García Gutiérrez (2008) se insurge contra as tendências essencialistas e hierarquizantes das abordagens positivista e tecnicista. Pensando na possibilidade de reabilitar a memória dos excluídos ou esquecidos, de se opor a uma visão essencialmente mercantilista da ideia de “acesso”, e de reabilitar e emancipar os sujeitos, o autor apresenta estratégias para “descolonizar” o que ele chama de “arquivo mundial”. Sua proposta é a de criação de dois tipos de operadores que atuariam para romper a dependência de esquemas unilaterais e hierarquizantes atualmente existentes (expressos nas bases de dados, memórias digitais, motores de busca e ontologias).

Para tanto, ele propõe a criação de “operadores complexos”: eles funcionariam para garantir a presença de todas as posições e interpretações possíveis na “memória coletiva” da humanidade. Eles são complexos por pretender garantir a convivência dos antônimos, sem exclusão, colocando em condições de igualdade os vários sentidos possíveis sobre os temas e fatos relacionados com o humano.

Para corrigir, porém, o possível relativismo de tal instrumento, bem como seu precário potencial integrador, o autor propõe também a criação de “operadores transculturais”; isto é, instrumentos que se pronunciariam sobre os registros coletados pelo primeiro operador, tomando partido perante injustiças e desigualdades, intervindo nos conflitos em direção a uma síntese, um acordo a respeito dos assuntos e memórias representadas. Não seria, contudo, a volta a um pensamento único, a uma perspectiva unívoca sobre os fenômenos, mas sim algo fruto de uma racionalidade plural dialógica em prol da emancipação dos sujeitos.

O autor apresenta uma série de exemplos de temas polêmicos, relacionados à maneira como fatos culturais e identitários são arquivados na memória coletiva humana: o uso da burca (sobre o qual predomina a visão ocidental de reprovação sem a consideração do ponto de vista próprio das sociedades que a adotam); a definição de terrorismo (pois alguns atores definem sempre terrorismo como a ação do outro, e nunca a deles, sendo que ações como, por exemplo, o uso da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki também seriam atos terroristas); ritos de passagem em diferentes culturas (alguns dos quais causam sofrimento físico e riscos à saúde, como a ablação de mulheres em alguns países africanos, que deveria portanto ser alvo de possível recriminação – por exemplo vindo acompanhada do operador “mutilação feminina” ou “discriminação contra a mulher”); eutanásia; ações contra o meio ambiente, entre outros. Para García Gutiérrez, apenas com uma ética crítica da organização da memória seria possível combater o dogmatismo positivista que impõe uma maneira

de ver a realidade sempre a partir da exclusão, da competitividade, da exploração e da lei do mais forte, por meio da qual sempre se vê a existência de apenas *uma* realidade/verdade, com a exclusão de todos os outros possíveis pontos de vista como falsos ou ilegítimos. Ou seja, com esses exemplos, o autor argumenta que a Arquivologia deveria preocupar-se menos em conservar documentos previamente classificados e mais em refletir sobre as próprias maneiras de classificá-los.

Por fim, é preciso registrar a proposta desenvolvida por Terry Cook (2001) de uma Arquivologia Pós-Moderna, que representa o corolário das diversas críticas desenvolvidas ao modelo consolidado no final do século XIX. O autor toma da ideia de pós-modernidade a característica de não se ter mais determinações prontas e acabadas, conceitos imutáveis e verdades estabelecidas, para desconstruir argumentos clássicos da Arquivologia: o arquivo como algo pronto, o arquivista como profissional neutro, o objeto da Arquivologia como sendo o documento de arquivo. Seu argumento é de que o arquivo é carregado de interferências da sociedade; ele é resultado de um processo, de uma dinâmica, na qual diversos sujeitos estão envolvidos. Entre esses sujeitos está o arquivista, que participa ativamente do processo de escolha do que será ou não arquivado, que atua como mediador nos processos de construção da memória coletiva.

Para Cook, essa nova visão da Arquivologia deveria problematizar noções como a de autoridade, evidência e verdade. Tal postura teria ainda um impacto imenso na própria prática profissional dos arquivistas, que não deveriam mais apenas seguir um “script” que vem sendo naturalizado pela rotina de repetição de práticas passadas, mas sim questionar suas ações percebendo que os arquivos e seus documentos refletem relações de poder - não sendo depósitos passivos, mas sim locais ativos onde poderes sociais são negociados, contestados e confirmados (COOK, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento realizado pela Arquivologia, apresentado neste texto em três tempos, evidencia a maneira como ela articulou estratégias de concretude e abstração. O primeiro momento, a existência dos arquivos (e, conseqüentemente, da reflexão sobre eles) não se distinguia das demais práticas humanas. Foi para se constituir como campo autônomo de prática profissional e, depois, de conhecimento científico, que a arquivologia se deteve, no primeiro momento, sobre os elementos mais concretos que a caracterizavam: os documentos de arquivo, as instituições arquivísticas, os instrumentos de tratamento técnico dos documentos. No segundo momento, novos elementos foram gradualmente sendo incorporados ao escopo de problematizações.

Contemporaneamente, a Arquivologia volta a pensar nos arquivos como integrados às demais práticas humanas, à dinâmica mais ampla da vida social e cultural. Contudo, realiza tal movimento já com uma identidade bem consolidada, com um estatuto científico definido, com um olhar próprio que lhe permite encontrar, na dinâmica das diversas ações e interações humanas, aqueles elementos que configuram *fenômenos arquivísticos*. Aí se encontra a abstração que representa a maturidade científica do campo – o que permite que a Arquivologia seja, enfim, uma ciência, e não uma técnica. E uma ciência não como as ciências da natureza, compostas de leis e modelos preditivos, mas como uma ciência social, caracterizada por um conhecimento sempre conjectural, provisório e necessariamente inexato. Aí residem os limites e também a riqueza e as potencialidades do conhecimento arquivístico.

## REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R. et al. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Trea, 2001.

ARÉVALO JORDÁN, V.H. *Teoría, fundamentos y práctica de la archivología*. Santa Fe: E-libro. net, 2002.

BANAT-BERGER, F.; DUPLOUY, L.; HUC, C. *L'archivage numérique à long terme: les débuts de la maturité?* Paris: Direction des Archives de France; La Documentation Française, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CASWELL, M. Khmer Rouge archives: accountability, truth, and memory in Cambodia. *Archival Science*, v. 10, n. 1, p. 25-44, 2010.

CERUTTI, M.; FAYET, J.F.; PORRET, M. Penser l'archive. In: CERUTTI, M.; FAYET, J.F.; PORRET, M. (Org.). *Penser l'archive*. Lausanne: Antipodes, 2006, p. 7-20.

COEURÉ, S.; DUCLERT, V. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.

COLOMBO, F. *Os arquivos imperfeitos: memória social e cultura eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISDF: Norma internacional para descrição de funções*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, v. 1, n. 1, 2001, p. 3-24.

\_\_\_\_\_. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, p. 17-63, 1997.

COUTURE, C. et al. *Les fonctions de l'archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1999.

COX, R. *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*. Duluth: Litwin, 2008.

DELGADO GÓMEZ, A. Los archivos como construcción social. In: DELGADO GÓMEZ, A.; CRUZ MUNDET, J.R. *El archivo como construcción social*. Las Palmas: Anroart, 2010, p. 7-111.

DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 2000.

DOLLAR, C. *Archival theory and information technologies: The impact of information technologies on archival principles and methods*. Macerata: University of Macerata, 1992.

DOOLEY, J. Subject indexing in context. *American Archivist*, v. 55, p. 344-354, 1992.

DUCHEIN, M. *Obstacles to the access, use and transfer of information from archives: a RAMP study*. Paris: Unesco – General Information Programm; Unisist, 1983.

DURANTI, L. Diplomatics: new uses for an old science. *Archivaria*, v. 28, p. 6-24, 1989.

FINDLAY, C. People, records and power: what archives can learn from WikiLeaks. *Archives and manuscripts*, v. 41, n. 1, p. 7-22, 2013.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

GARCÍA FERREIRA, R. *La CIA y los medios em Uruguay: el caso Arbenz*. Montevideu: Amuleto, 2007.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *Uma outra memoria é possível*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HARRIS, V. *Archives and justice: a South African perspective*. Society of American Archivists, 2007.

HEREDIA HERRERA, A. *Nuevos tiempos, nuevos conocimientos, nueva archivística*. Las Palmas: Anroart, 2008.

JARDIM, J. M. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: EdUff, 1995.

\_\_\_\_\_; FONSECA, M.O. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*, v. 5, n. 5, out. 2004.

JIMERSON, R. (Ed.). *American archival studies: readings in theory and practice*. Chicago: The Society of American Archivists, 2000.

KETELAAR, E. Tacit narratives: the meanings of archives. *Archival Science*, v. 1, n. 1, p. 131-141, 2001.

LOPES, L.C. *A imagem e a sombra da arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MASTROPIERRO, M.C. *Archivos privados: análisis y gestión*. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.

\_\_\_\_\_. *Archivos públicos*. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

PUGH, M.J. The illusion of omniscience: subject access and the reference archivist. *American Archivist*, v. 45, 1982, p. 33-44.

RIBEIRO, F. *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; MCT; MCEC, 2003.

SANTAELLA RUIZ, R.D.; RUIZ RODRÍGUEZ, A.Á. *Estudio de usuarios de información aplicado al archivo: la ciudad de Jaén*. Jaén: Universidad de Jaén, 2007.

SHELLENBERG, T. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1973.

SILVA, A.M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1998.

\_\_\_\_\_. RIBEIRO, F. A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. *Cenário Arquivístico*, v. 1, n. 2, p. 15-41, jul./dez. 2002.

SILVA, D.A. Arquivos: uma abordagem inicial sobre o termo “usuário”. *Cenário Arquivístico*, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2011.

SILVA, E.P. A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Rio de Janeiro. *Arquivologia e suas múltiplas interfaces: anais*. Rio de Janeiro: AAERJ; ENARA, 2008.

SOUSA, R. Classificação. In: SANTOS, V.; INNARELLI, H.; SOUSA, R. *Arquivística: temas contemporâneos*. São Paulo: Senac, 2007.

TANODI, A. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1961.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

VÁSQUEZ MURILLO, M. *Administración de documentos y archivos*. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.